

**PRETO LÁ FAZ FACULDADE? UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE RACISMO
NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS**

BLACK THERE IS COLLEGE? A LITERATURE REVIEW ON RACISM IN BRAZILIAN UNIVERSITIES

*¿Y ALLÁ LOS NEGROS VAN A LA UNIVERSIDAD? UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA SOBRE
EL RACISMO EN LAS UNIVERSIDADES BRASILEÑAS*

Ingrid Mesquita Coelho

Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário do Norte - UNINORTE

Bolsista de iniciação científica na Universidade Federal do Amazonas

E-mail: ingrid-m.c@hotmail.com

Rosemary Amanda Lima Alves

Acadêmica de Psicologia do Centro Universitário do Norte - UNINORTE

Bolsista de iniciação científica na Universidade Federal do Amazonas

E-mail: rosemaryalves19@gmail.com

Daniel Cerdeira de Souza

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

Professor de ensino superior na Universidade do Estado do Amazonas - UEA

E-mail: dancerdeira01@gmail.com

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato

Psicólogo, Doutor em Saúde Pública - Fiocruz (RJ). Pós-doutorando em Medicina Tropical - Fundação de

Medicina Tropical/AM. Professor – UGF. E-mail: eduhonorato@hotmail.com

RESUMO

Consideramos racismo, o sistema construído historicamente que, a partir da raça, classifica os sujeitos em inferiores e superiores. A partir desses constructos, negros foram colocados em um lugar de inferioridade por toda a história. Objetivamos discutir a incidência do racismo nas universidades brasileiras a partir de uma revisão de literatura em artigos científicos publicados entre 2012-2017 e elaboramos um protocolo para análise descritiva dos achados. Como resultados, percebemos a criação do sistema de cotas para o combate da desvantagem no acesso à universidade, mas poucas ações para o combate do racismo institucional que aflige essa população. O discurso meritocrático ainda é o principal argumento contra as cotas.

Palavras-chave: Racismo; Universidades Brasileiras; Desigualdades.

ABSTRACT

We consider racism, the historically constructed system that, from the race, classifies the subjects into inferiors and superiors. From these constructs, blacks have been placed in a place of inferiority throughout history. We aim to discuss the incidence of racism in Brazilian universities based on a review of the literature in scientific articles published between 2012-2017 and elaborated a protocol for descriptive analysis of the findings. As results, we perceive the creation of the quota system to combat disadvantage in access to university, but few actions to combat institutional racism that afflicts this population. Meritocratic discourse is still the main argument against quotas.

Keywords: Racism; Brazilian Universities; Inequalities.

RESUMEN

Consideramos racismo, el sistema construido históricamente que, a partir de la raza, clasifica a los sujetos en inferiores y superiores. A partir de esos constructos, negros fueron colocados en un lugar de inferioridad por toda la historia. Objetivamos discutir la incidencia del racismo en las universidades brasileñas a partir de una revisión de literatura en artículos científicos publicados entre 2012-2017 y elaboramos un protocolo para análisis descriptivo de los hallazgos. Como resultados, percibimos la creación del sistema de cuotas para el combate de la desventaja en el acceso a la universidad, pero pocas acciones para el combate del racismo institucional que aflige a esa población. El discurso meritocrático sigue siendo el principal argumento contra las cuotas.

Palabras clave: Racismo; Universidades Brasileñas; Desigualdades.

INTRODUÇÃO

Este estudo trata-se de uma revisão da literatura que tem como objetivo analisar artigos científicos do período de 2012 a 2017 que abordem o racismo nas universidades brasileiras. Para isso, foi realizada uma busca na base de dados da CAPES com os descritores devidamente validados nos Dec's BVS: "Racismo AND Universidade".

As revisões da literatura, segundo Mancini e Sampaio (2006), são caracterizadas pela análise e pela síntese da informação disponibilizada por estudos relevantes publicados sobre um determinado tema, de forma a resumir o corpo de conhecimento existente e levar a concluir sobre o assunto de interesse.

O racismo é uma ideologia de dominação que serve à raça e classe dominante, que inferioriza, inibe e em muitos casos destrói a identidade cultural da população negra. Isso pode ocorrer através de formas de controle, como mecanismos de reprodução cultural e imposição de valores e de representações distorcidas, que se acumulam no dia a dia da população. Destaca-se que o aspecto mais impressionante do racismo está no fato de ele ser (radicalmente) relativizável, mesmo quando envolve atores com convicções racistas assumidas (OLIVEIRA, 2004). Moore (2012) afirma que o racismo é um fenômeno histórico que atinge a estrutura social, passando de simples sentimento que o sujeito venha a sentir pelo outro, para práticas próprias diante do outro grupo.

No Brasil a dinâmica utilizada mais influente é a política, cuja influência mais significativa é a maneira como as pessoas negras vivem. O fato da política se concentrar em sua grande maioria nas mãos da elite branca brasileira acaba sendo um empecilho para a criação de políticas voltadas para o combate ao racismo, constituindo-se, de uma certa forma, o que denominam de racismo velado. Isso culmina na precariedade do acesso da população negra a direitos básicos (BATISTA, 2016).

De acordo com a ONU (2013), os negros constituem mais da metade da população brasileira, no entanto, são sub-representados e invisíveis na maioria das estruturas de poder, nos meios de comunicação e no setor privado, fatos que se manifestam como racismo estrutural. López (2012) afirma que o racismo institucional acontece no dia a dia das instituições, que se percebe na maneira que as atividades, privilégios e oportunidades são ofertadas à população desde o ponto de vista racial, o que aprofunda ainda mais as desigualdades. Esta situação tem origem na discriminação estrutural, que se baseia em mecanismos históricos de exclusão e estereótipos negativos, reforçados pela pobreza, marginalização política, econômica, social e cultural.

Quando consideramos o quadro docente universitário, também é possível perceber uma hegemonia monocromática branca. Carvalho (2006) aponta que se juntássemos todo o quadro docente das principais universidades dedicadas à pesquisa, como USP, UFRJ, Unicamp, UnB, UFRGS, UFSCar e UFMG, teríamos um corpo de aproximadamente 18.400 acadêmicos. Quando considerada a distribuição de raça/cor, 99,6% dos docentes declaram-se brancos e apenas 0,4% declaram-se negros.

A fim de diminuir desigualdades, criou-se o Sistema de Cotas, com o objetivo de ampliar o acesso dos estudantes negros às universidades. Essa política, advinda da lei 12.711, foi aprovada em 2012 e tem como intuito garantir que determinado número de vagas em estabelecimentos públicos ou privados sejam preenchidas por pessoas oriundas dos setores menos privilegiados da sociedade (BRASIL, 2012).

Discutir sobre o racismo nas universidades é uma forma de enfrentamento do mesmo, vez que, possibilita reflexões e, a partir disso, a desconstrução de preconceito e discriminação pautada na raça. A partir disso, nos questionamos: O que a literatura entre 2012-2017 no formato de artigos científicos discute sobre racismo nas universidades brasileiras?

Materiais e métodos

Este artigo caracteriza-se por ser uma revisão de literatura com caráter qualitativo descritivo. Qualitativa porque se caracteriza como pesquisa interpretativa e descritiva porque permite a compreensão do fenômeno sem interferir na realidade do mesmo. A pesquisa bibliográfica serviu para discutirmos sobre os conceitos, a construção das categorias teóricas e o discurso do sujeito coletivo. Ao aplicar o método descritivo em uma revisão de literatura, podemos conhecer novas visões sobre uma realidade já conhecida a partir de um aporte metodológico rigoroso (MINAYO, 2004; GIL, 2008; PIOVESAN, TEMPORINI, 1995; CRESWELL, 2010; AUGUSTO *et al*, 2013, BREAKWELL *et al*, 2010). A amostra foi constituída por artigos que abordassem a temática Racismo na Universidade, indexado na base de dados CAPES. A escolha por tal base se deu porque a mesma integra diversas outras. O levantamento se deu em setembro de 2018. Consultamos os Dec's BVS para a formulação dos descritores que foram utilizados na busca e a partir dessa consulta, escolhemos os seguintes: “Racismo AND Universidade”.

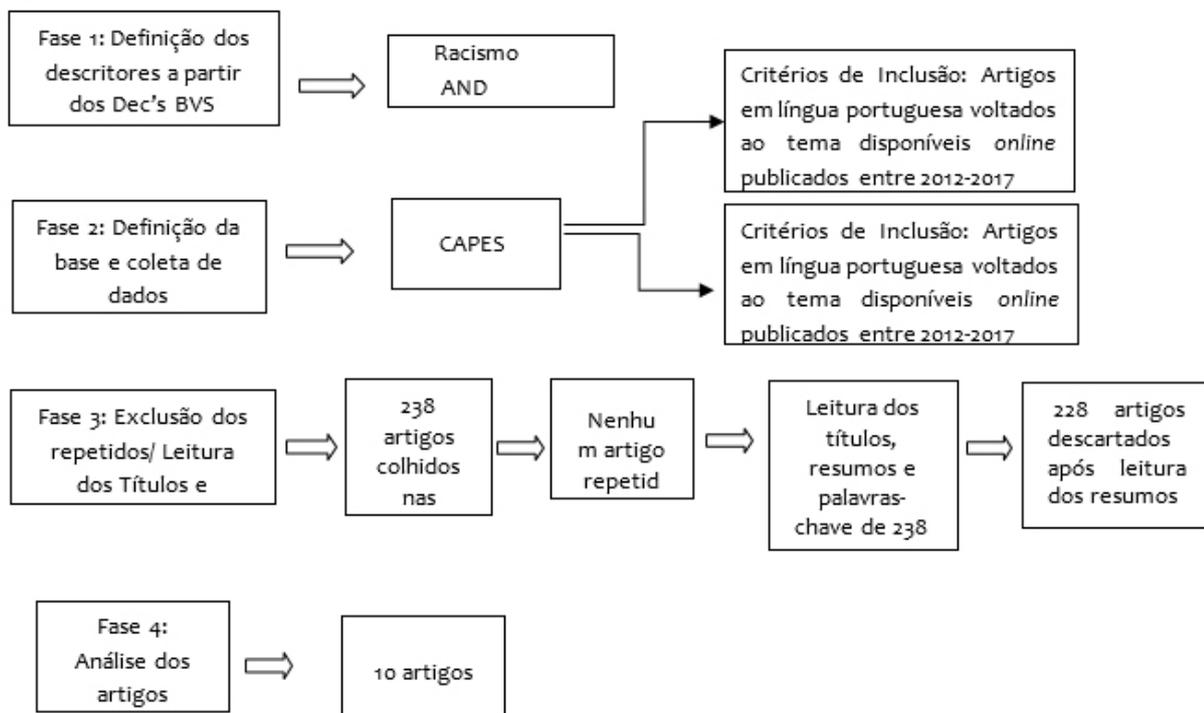
Como critérios de inclusão, adotamos: a publicação deve estar dentro da temática citada anteriormente, no idioma português, publicada entre janeiro de 2012 e dezembro de 2017 e estar *disponível online*. Como critérios de exclusão, não incorporamos as publicações cujos processos não estivessem de acordo com a temática abordada por este estudo, bem como publicações anteriores ao período de 2012, que não fossem apresentadas no formato de artigos científicos (Teses, dissertações e afins) e que não estivessem disponíveis *online*.

A partir da aplicação dos descritores, na referida base de dados encontramos 269 artigos, dos quais somente 238 estavam disponíveis. Após isso, catalogamos os achados em uma planilha do Excel. As etapas seguidas foram: 1º) a exclusão dos artigos repetidos entre as bases, dos quais não excluimos nenhum; 2º) a leitura do título, resumo e palavras-chave de todos os artigos encontrados para exclusão/inclusão de artigos em função do tema delimitado de pesquisa, onde excluimos 228 e após isso, 3º) elaboramos um instru-

mento para leitura/análise na íntegra dos 10 textos incluídos e análise descritiva dos mesmos, que encontra-se em anexo, e contém: título do artigo, identificação dos autores, tipos de pesquisa, ano de publicação, periódicos nos quais foram veiculados tais estudos, área principal do periódico e avaliação Qualis mais alta no triênio 2013-2016, descritores dos artigos, bases de dados de origem dos artigos, objetivos da pesquisa, resultados obtidos e as respostas aos objetivos específicos deste estudo.

O panorama da coleta de artigos pode ser observado na figura 1, a seguir:

Figura 1: Fluxograma de seleção dos artigos selecionados para análise.



Resultados e discussão

Dos 10 artigos selecionados para análise no protocolo de revisão, excluímos 5 por não contemplarem o tema proposto nesta revisão. Ficamos então com uma amostra final de 5 artigos, dos quais 1 foi publicado no ano de 2012, outro em 2013, outro em 2014, outro em 2015 e o último em 2016 e não encontramos publicações referentes ao ano de 2017. Quanto ao tipo de estudo, 3 caracterizaram-se por serem estudos teórico e 2 foram pesquisas qualitativas. Não encontramos estudos quantitativos e estudos mistos (quali+quanti).

Quanto à avaliação Qualis, as revistas vinculadas aos estudos possuíam avaliação B1 para Ensino, B1 e B2 para Educação, B5 para Farmácia e A2 para Psicologia.

Descrevemos os estudos selecionados no quadro a seguir:

Quadro 1: Descrição dos estudos selecionados.

Autor (es)	Título	Revista	Ano
1. Queiroz	As políticas de cotas para negros nas universidades brasileiras e a posição dos intelectuais	Revista Pedagógica -UNOCHAPECÓ	2012
2. Sevegnani	A negação da raça e o discurso liberal meritocrático	Working Papers em Linguística	2016
3. Sito	Disputas e diálogos em torno do conceito de “ações afirmativas” para o ensino superior no Brasil	Universitas Humanística	2014
4. De Jesus	O desafio da convivência: assessoria de diversidade e apoio aos cotistas (2004-2008)	Psicologia: Ciência e Profissão	2013
5. Ecker; Torres	Política de cotas étnicas no ensino superior: análise de narrativas de sujeitos do meio universitário	Emancipação	2015

Elencamos também os objetivos e as principais conclusões de cada artigo selecionado, que podem ser observados no quadro 2, a seguir:

Quadro 2. Síntese dos objetivos e principais resultados dos estudos selecionados.

Autor	Objetivo	Principais Conclusões
1	Analisar a posição dos intelectuais no contexto do debate em torno da adoção das políticas voltadas para o acesso de estudantes negros às universidades públicas brasileiras.	Tendo em vista a exclusão causada pelo racismo, o estudo apresenta a política de cotas como uma tentativa de “amenizar” as desigualdades de acesso de pessoas negras à universidade.
2	Analisar os enunciados sobre raça e racismos de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental 186, que considera inconstitucional o sistema de cotas para negros da UNB.	O ADPF 186 tenta de variadas formas sustentar o discurso liberal meritocrático e preservar os privilégios de grupos hegemônicos
3	Analisar manifestos entregues ao Congresso Nacional, em 2006, por intelectuais brasileiros que se posicionaram em relação à política de cotas.	Se percebe, de forma clara, a fragilidade dos argumentos contra as cotas raciais, diante dos dados que evidenciam as desigualdades do acesso de pessoas negras à universidade.
4	Apresentar a experiência da Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas e analisar os desafios da convivência entre estudantes cotistas e o espaço acadêmico	Conclui-se, com base na gestão da diversidade, que o caminho para a ampliação da importância da ADAC e do CCN está na sua disponibilidade para o fomento de debates públicos e na sua receptividade frente a diferentes dimensões da diversidade, além da etnicorracial.
5	Analisar diferentes narrativas de sujeitos do meio universitário sobre as políticas de ações afirmativas e a proposta de cotas nas universidades	A falta de informações sobre o tema e os diferentes significados acerca das ações afirmativas se mostraram evidentes nos discursos dos sujeitos. É preciso que haja ações educativas sobre o tema para que a falta de informação não reforce ainda mais o racismo.

As principais formas de racismo presentes na universidade descritas na literatura

Uma das primeiras formas de discriminação racista encontrada na literatura foi a discriminação no acesso. Sito (2014) pontua dados que evidenciam a desigual distribuição da população nos níveis de ensino da educação superior. A variável raça/cor não se distribui equanimemente nos diferentes níveis de ensino, influenciando negativamente na trajetória educacional da população negra. O autor citado traz a perspectiva de dois manifestos, um a favor e outro contra as cotas raciais. O manifesto contra as cotas não reconhece a cor/raça como geradora de desigualdade. Dessa forma, essa negação contribui para a cristaliza-

ção do racismo dentro e fora da universidade, uma vez que, fechar os olhos para esse fenômeno é negar as desvantagens que os negros sofrem respeito aos brancos, desvantagem esta que se perpetua há mais de cinco séculos.

Outro dado relevante que é preciso considerar quando se observa a concorrência entre estudantes brancos e negros pelo acesso à universidade, é o critério dito “meritocrático”. Esse critério deixa de fora uma parcela considerável de estudantes negros, oriundos de escolas públicas, que embora tendo obtido nota que lhes permitiu aprovação no vestibular, não terão acesso às vagas, pela concorrência com estudantes que obtiveram pontuações mais elevadas (OLIVEIRA, 2004). Quando conseguem acesso, negros permanecem em cursos menos “prestigiados” na universidade. Isso é reflexo de uma educação pública (onde está a maioria do público de alunos negros) de baixa qualidade. As carreiras mais prestigiadas são alvo de acirradas disputas no exame vestibular, constituindo-se como um privilégio dos estudantes brancos, aqueles que realizavam sua educação básica em colégios privados, e em condições mais favoráveis.

Acerca da meritocracia, Sevegnani (2016) cita na sua reflexão teórica, o discurso liberal-meritocrático ADPF 186, que se contrapõe ao sistema de cotas, afirmando que este fere o direito de igualdade e de meritocracia acadêmica. Esse discurso pode ser aqui apresentado como uma forma evidente de racismo, pois, diante desse discurso, cotistas são tidos como aqueles que “não merecem” estar na universidade, pois não conquistaram a vaga por mérito próprio, sem contar que de certa forma, há uma certa expectativa de que os negros cotistas tenham um desempenho inferior ao dos brancos dentro da universidade.

Ações das universidades para o combate/prevenção do racismo

É dever dos governantes o estabelecimento de políticas que promovam a garantia de direitos e a não discriminação, assim como o tratamento igualitário (ECKER; TORRES, 2015). A desconstrução do racismo é uma tarefa das diferentes instituições do Estado, den-

tre as quais a Universidade tem um papel protagonista (SITO, 2014). Sito ainda afirma que a demanda por ações afirmativas no ensino superior brasileiro começou há alguns anos. A democratização das universidades, como um instrumento de reversão da desigualdade racial, já estava presente na agenda dos Movimentos Sociais Negros e Indígenas desde pelo menos a década de 1980, mas foi em 2001 que o evento “III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas de Intolerância Correlatas”, sediado na cidade de Durban, na África do Sul, se tornou catalisador para a implementação dessas políticas no cenário latino-americano.

A partir do início da década passada, começam a ser adotadas medidas visando promover o acesso de negros à universidade. As primeiras instituições a reservarem vagas para estudantes negros foram as universidades estaduais: primeiramente a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) em 2001 (SEVEGNANI, 2016) e Universidade do Estado da Bahia – UNEB em 2002 (QUEIROZ, 2012), sendo seguidas, a partir de então, por outras universidades estaduais, espalhadas pelo País. Um pouco mais tarde, a medida passa a ser adotada, também, por universidades federais.

A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade federal a instituir sistema de cotas raciais em 2004. Isso ocorre em meio a intenso debate. Pelas razões que já expusemos anteriormente, para certos setores da sociedade brasileira a desvantagem que afeta os negros não se deve à discriminação racial, ao racismo que estrutura as relações sociais no País, mas à condição de pobreza em que se encontra a imensa maioria da população negra, não se justificando, nessa perspectiva, a adoção de políticas com recorte racial (QUEIROZ, 2012).

Mas foi somente em 2012 que a Lei 12.711, que tem como intuito garantir que determinado número de vagas em estabelecimentos públicos ou privados sejam preenchidas por pessoas oriundas dos setores menos privilegiados da sociedade, foi aprovada (SEVEGNANI, 2016).

De Jesus (2013) cita uma ação adotada pela UnB que, para a criação de ações afirma-

tivas para o combate ao racismo, criou o Plano de Metas para a Integração Social, Étnica e Racial. Esse plano teve como ações destinar 20% do total de vagas de cada curso oferecido a candidatos negros de cor preta ou parda. Tal iniciativa busca romper com a prática segregacionista de se valorizar apenas um segmento étnico. O autor relata que para permanência qualificada do estudante negro, efetuou-se a implementação de uma Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas –ADAC. Outro passo importante que o autor descreve é a criação do Centro de Convivência Negra – CCN, que objetiva sensibilizar a comunidade acadêmica para a temática da negritude. Todas as estratégias contribuíram para a diminuição de comportamentos racistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desta revisão, pudemos observar o reconhecimento do governo brasileiro em relação às desigualdades relacionadas ao acesso ao ensino superior, porém, a principal ação do país foi a criação do sistema de cotas. Entendemos o sistema de cotas como revolucionário, mas nos questionamos o que é feito em relação ao racismo institucional que atinge os sujeitos negros todos os dias nas universidades. Somente a UnB apresentou uma estratégia para o “racismo nosso de cada dia”. Isso deixa evidente que ainda que haja um reconhecimento do racismo estrutural em nossa história, ainda há muito o que fazer para garantir um acesso igualitário à universidade e uma permanência sadia, ou seja, tornar a universidade um lugar não hostil para pessoas negras.

Vale criticar que grande parte da população brasileira é negra, mas a população negra é minoria no espaço privilegiado que é a universidade. No entanto, a população negra é maioria nos presídios. É importante refletir o quanto o racismo estrutural do nosso país empurra pessoas negras para a marginalidade, criminalidade e exclusão e isso acaba adquirindo um tom natural, onde espera-se que negros e negras estejam em lugares sociais periféricos. A universidade se torna então, um lugar para a elite, principalmente a universidade pública pois o ingresso a elas, pela grande concorrência, requer um forte preparo anterior,

preparo esse que é oferecido nas escolas particulares, onde somente pessoas de classe média/alta podem estudar. A discriminação no acesso começa justamente aí. Parte-se da realidade que a divisão socioeconômica do nosso país reflete-se através de uma divisão racial; então, brancos ricos “naturalmente” entram na universidade pública, enquanto pobres negros, se chegam a entrar em alguma universidade, quase sempre encontram como caminho a faculdade particular.

Defendemos que o sistema de cotas é revolucionário por proporcionar a entrada de negros em um espaço culturalmente tido para não-negros. Só essa entrada já causa grandes modificações em toda a estrutura educacional do país e na defesa da meritocracia; o brasileiro, infelizmente, mostra o quanto o racismo ainda resiste como estrutura norteadora das relações sociais em nosso país. Defender a meritocracia é desconsiderar os danos históricos que séculos de escravidão causaram. Não reconhecer os privilégios e percalços advindos da raça à qual pertencemos implica negar a própria história do nosso país.

Esperamos que este artigo possa servir de embasamento teórico para futuras pesquisas sobre o tema e esperamos contribuir para a desconstrução do racismo.

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, C. A. *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007- 2011). **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013.

BATISTA, A. F. **Trajetos e percursos: das (im) possibilidades de enfrentamento do racismo dentro da academia** (2016), 38f. Trabalho de Conclusão de Curso –Faculdade de Psicologia

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2016.

BITTAR, M.; MACIEL DE ALMEIDA, C. E. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 141-159, 2006.

BRASIL, Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2011. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Seção 1, Edição Extra, 29 de Agosto de 2011.

BREAKWELL, G. et al. **Métodos de pesquisa em psicologia**. Porto Alegre; Artmed; 3 ed; 2010.

CARVALHO, J.J. O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 88-103, 2006.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DE JESUS, J. G. O Desafio da Convivência: Assessoria de Diversidade e Apoio aos Cotistas (2004-2008). **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v.33, n.1, p. 222-233, 2013.

ECKER, D. D. I.; TORRES, S. Política de cotas étnicas no ensino superior: análise de narra-

tivas de sujeitos do meio universitário. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p.115-129, 2015

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

LOPEZ, L. C. O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 16, n. 40, p. 121-134, 2012.

MANCINI, M. C; SAMPAIO, R. F. Quando o objeto de estudo é a literatura: estudos de revisão. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 10, n. 4, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed.. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade Novas Bases Epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

OLIVEIRA, L. R. C. Racismo, direitos e cidadania. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 81-93, 2004

PIOVESAN, A.; TEMPORINI, E. R. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo,

v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Grupo de Trabalho da ONU sobre Afrodescendentes divulga comunicado final sobre visita ao Brasil**. ONU, 2013. Disponível em: <https://na-coesunidas.org/grupo-de-trabalho-da-onu-sobre-afrodescendentes-divulga-comunicado-final/>. Acesso em 25 de Agosto de 2018.

QUEIROZ, D. M. As políticas de cotas para negros nas universidades brasileiras e a posição dos intelectuais. **Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ**. Chapecó, v. 28 n. 01, 2012

SEVEGNANI, M. A negação da raça e o discurso liberal-meritocrático. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 96-119, 2016.

SITO, L. Disputas e diálogos em torno do conceito de “ações afirmativas” para o ensino superior no Brasil. **Universitas Humanística**, Bogotá, v. 77, p. 251-273, 2014.

Artigo submetido em: 27/02/2019

Parecer em: 12/07/2019

Aprovado em: 02/08/2019